





# Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001  
Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente  
Masako Oya Masuda

Vice-presidente  
Mirian Crapez

Coordenação do Curso de História  
UNIRIO – Mariana Muaze

## Material Didático

### ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Vera Lúcia Bogéa Borges  
Leonardo Leonidas de Brito

### COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

### SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Miguel Siano da Cunha

### DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Fabio Peres  
Henrique Oliveira  
Jorge Amaral  
Paulo Cesar Alves

### AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thais de Siervi

## Departamento de Produção

### EDITOR

Fábio Rapello Alencar

### COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

### COPIDESQUE

Cristina Freixinho  
Renata Lauria  
Thelenayce Ribeiro

### REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godoy  
Cristina Freixinho  
Elaine Bayma  
Janaina Santana  
Renata Lauria

### COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguiar Silva

### DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

### PROGRAMAÇÃO VISUAL

Bianca Lima  
Carlos Cordeiro

### ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

### CAPA

Clara Gomes

### PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2010, Fundação Cederj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

B732h

Borges, Vera Lúcia Bogéa.

História do Brasil III. v. 1/ Vera Lúcia Bogéa Borges, Leonardo Leonidas de Brito. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.  
218 p.; 19 x 26,5 cm.

1. República. 2. Período da Segunda República. 3. Estado Novo. 4. Governo Juscelino Kubichek (1956-1960).

CDD 981

2011.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.  
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

# Aula 1

## A República em transformação?

*Vera Lúcia Bogéa Borges*  
*Leonardo Leonidas de Brito*



## **Do Império à República: a proclamação em questão**

No final do século XIX, o Brasil passou por importantes mudanças, dentre as quais destacamos a abolição da escravidão e a proclamação da República. Neste sentido, as mudanças ocorridas na estrutura econômica do país trouxeram desdobramentos nas esferas política e social que merecem nossa atenção.

Uma dessas mudanças foi o café. Na história da grande lavoura brasileira durante o período monárquico, assinala-se o êxito espetacular do desenvolvimento dessa nova cultura, que operou a transformação completa da paisagem agrária em áreas imensas da parte meridional do país. Nas províncias de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo, as lavouras cafeeiras substituíram progressivamente em vastas superfícies os antigos canaviais ou a primitiva cobertura florestal. Até cerca de 1880, o vale do rio Paraíba do Sul constituiu a mais importante área de produção cafeeira do país e o sustentáculo da economia do Império. Na segunda metade do século XIX, o comércio cafeeiro foi caracterizado pela extraordinária expansão do consumo e o consequente dinamismo das exportações.

Neste período, ocorreram fenômenos importantes que introduziram várias modificações nas estruturas econômica e social do país, o que contribuiu para o desenvolvimento relativo do mercado interno e estimulou o processo de urbanização. Primeiramente, realçamos a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, com o fim do tráfico negreiro, a abolição em 1888 e a entrada de imigrantes no Sul do país. O processo para a utilização do trabalho livre e assalariado ocorreu de forma gradual e possui complexa relação entre a grande massa de trabalhadores das fazendas de café, ligados ao trato e à colheita, e o fazendeiro. O assalariamento era algo restrito e só atingia uma parcela da população trabalhadora, aquela que se dedicava ao beneficiamento do café, da secagem ao ensacamento.



A partir de 1850, com a cessação do tráfico e o aumento crescente dos preços dos escravos, o problema da substituição do escravo pelo trabalhador livre tornou-se mais agudo. Assim, a diminuição da oferta de mão de obra escrava coincidia com a expansão das lavouras cafeeiras no Sul do país. As dificuldades estimularam as tentativas de substituição do escravo pelo imigrante e provocariam o deslocamento de parte dos escravos das regiões decadentes do Nordeste para as prósperas regiões cafeeiras. Simultaneamente, se processaria, ainda, a migração de escravos dos centros urbanos para as zonas rurais.

Os africanos foram trazidos ao Brasil exatamente pelas mesmas razões que os levaram a outras áreas do Novo Mundo. Onde quer que a economia estivesse organizada e sempre que houvesse dificuldade para recrutar o nativo, os africanos forneceram o trabalho necessário. Nas áreas colonizadas a partir do modelo de **plantation**, desde o começo, não houve dúvidas sobre o *status* do africano: ele havia sido importado para ser escravo. Também não havia discussão sobre a condição de seus descendentes, que nasciam para serem escravos como seus pais. Ninguém também parecia preocupar-se em pensar a posição dos negros livres na sociedade. Durante quase quatro séculos, a escravidão teve papel tão fundamental no desenvolvimento histórico do país que era praticamente impossível separar dela qualquer aspecto da vivência humana. A instituição da escravidão proporcionava uma estrutura para as relações sociais e econômicas, um cenário para as decisões e os atos políticos e um contexto para os fenômenos culturais. Ninguém que vivesse no Brasil estava distante da sombra que ela lançava ou livre de sua influência. Homens e mulheres, leigos e religiosos, trabalhadores livres ou escravos, mercadores locais e comércio internacional, nenhum aspecto da vida brasileira permaneceu intocado ao fenômeno.

### **Plantation**

Grande exploração agrícola monocultora, que engloba atividade de cultivo e beneficiamento às explorações escravistas coloniais no continente americano (sobretudo Brasil, Antilhas e Estados Unidos), cuja produção se destinava basicamente à exportação de gêneros tropicais (algodão, fumo, café, açúcar etc.).



## Ocaso do Império

A crise do Império é um tema caro à historiografia. Recentemente, Maria Tereza Chaves de Mello (2009) procurou descortinar o sistema simbólico que legitimava e emprestava sentido às instituições monárquicas no Brasil. Os grupos reformadores debatiam não apenas no círculo fechado e restrito do Parlamento, por exemplo, mas na praça pública, percebida como verdadeiro *locus* da representação nacional e popular ao abrigar o uso político da razão e da crítica, segundo os termos da época. Para a autora, a última década monárquica foi marcada por uma crise de direção, conforme a formulação de **Gramsci**, uma vez que o poder da atração da ideologia imperial sobre o conjunto da sociedade se esvaziou. Consequentemente, os anos finais do decênio foram marcados pelo alto grau de politização da sociedade da corte que, por meio de comícios e palestras, apresentava a causa republicana assim como a abolicionista. Diante da exaltação da população, a polícia era frequentemente solicitada e reprimia as manifestações.

## A proclamação da República

Uma interpretação clássica sobre este período de transição da Monarquia à República é de Emília Viotti da Costa. Em seu livro *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, a autora, uma das maiores historiadoras brasileiras, afirma que a proclamação da República resultou da conjugação de três forças: de uma parcela do Exército, dos fazendeiros do oeste paulista e dos representantes das classes médias urbanas. Essas três forças apenas temporariamente se reuniram em torno do ideal republicano. De fato, membros do Exército, fazendeiros paulistas e representantes das camadas médias conservaram profundas divergências que logo se revelaram durante a organização do governo republicano, quando suas contradições vieram à tona em numerosos conflitos. Se, na forma, a organização do poder político havia mudado, na prática, pouca coisa mudou. Segundo Emília Viotti, as condições de vida dos trabalhadores

### **Antonio Gramsci (1891-1937)**

Filósofo italiano e uma das referências do pensamento de esquerda no século XX. Ainda jovem, ingressou no Partido Comunista Italiano, e isso acabou por influenciar alguns dos temas constantes em sua obra, como, por exemplo, a necessidade de a classe operária ir além de seus interesses corporativos e a importância do papel político da cultura e da ideologia.



continuaram as mesmas, manteve-se o sistema de produção, o caráter colonial da economia e a dependência em relação aos mercados e aos capitais estrangeiros. Para Emilia Viotti, “o ano de 1889 não significou uma ruptura no processo histórico brasileiro”.



**Figura 1.1:** A proclamação da República – pintura de Henrique Bernardelli.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7d/Republica1889.jpg>





Henrique Bernardelli (1857-1936) foi um pintor que se destacou com telas referentes aos temas nacionais. Nascido em Valparaíso, no Chile, viveu no Rio de Janeiro desde pequeno, onde iniciou, em 1870, seus estudos de pintura na Academia Imperial de Belas-Artes. Após a proclamação da República, esta escola transformou-se na Escola Nacional de Belas-Artes.

A leitura de Emília Viotti da Costa acerca do processo de proclamação da República merece ser examinada com vagar. Afinal, o que significou 15 de novembro de 1889? Primeiramente, apresenta a junção momentânea de forças que levou à proclamação da República, e esse processo teve como desfecho um golpe militar. Esse início de proposição permite-nos fazer reparos às versões tradicionais referentes a 15 de novembro, isto é, como resultado de três crises que abalaram o fim do Segundo Reinado: a abolição, a questão religiosa e a questão militar. Neste sentido, frente às mudanças ocorridas na estrutura econômica do país, que levaram à destruição dos esquemas tradicionais, a abolição e a República foram sintomas de uma mesma realidade. Podemos, no máximo, afirmar que a abolição dos escravos precipitou a queda da Monarquia, uma vez que, ao atingir os interesses das classes rurais, estas retiraram o apoio que davam ao trono.

De início, não podemos afirmar que a Igreja Católica em sua totalidade apoiava os ideais republicanos. O quadro eclesiástico no Brasil estava dividido e abrigava tanto figuras republicanas quanto monarquistas. O catolicismo era a religião oficial do Brasil, e a Igreja estava subordinada ao Estado por meio do regime do padroado, o que garantia ao imperador a escolha de clérigos para os cargos mais importantes e o consentimento final para a aplicação das bulas (decretos) papais. No último quartel do século XIX, o episódio que levou à interferência do Estado nos assuntos da Igreja – a prisão de bispos brasileiros obedientes às determinações



do papa, por ordem imperial – não foi uma exclusividade daquele período, pois ocorreu em diversos outros momentos, inclusive desde o período colonial. Por fim, o papel do Exército na proclamação da República não deve ser superestimado, pois o sucesso do golpe só foi possível devido às contradições profundas que abalavam o regime monárquico. Portanto, não foi algo fortuito ou obra do acaso ou, mesmo ainda, fruto inesperado de uma parada militar. Impregnados das ideias republicanas, muitos militares estavam convencidos de que resolveriam os problemas brasileiros ao liquidar a Monarquia e instaurar a República. Entretanto, devemos ter clareza de que os militares não formavam um grupo coeso, ou seja, a ideia de República encontrava adeptos mais facilmente entre os oficiais de patentes inferiores e os alunos da Escola Militar; por sua vez, a Monarquia tinha apoio nos escalões superiores.

## **As mudanças institucionais advindas com a República**

Afinal, quais foram as transformações ocorridas no Brasil com o advento da República?

Em fins do século XIX, as principais disputas políticas travadas permitiam delinear os contornos de um novo Estado brasileiro. Uma das reivindicações centrais dos republicanos repousava no federalismo. Segundo Rosa Godoy Silveira:

O Federalismo constituiu-se na reivindicação central dos republicanos contra o regime destituído em 1889 no País, tentativa de freio às peias excessivas que a monarquia impusera às províncias na condução de seus respectivos interesses. Portanto, significou uma força de centralização política abrangente, de forças díspares de um organismo social em vias de pluralização (SILVEIRA, 1978, p. 1).



Nesse sentido, o *federalismo* implantado no país serviu como resposta ao *centralismo* do Segundo Reinado e representou uma das grandes questões em debate na Constituinte. O assunto era tão importante que fora incluído no texto constitucional como *cláusula pétre*a, o princípio "cardeal e solene" (a expressão constava no Manifesto Republicano de 1870); orientou a nova ordem política vigente, que resultou na primeira Constituição republicana, ou seja, a de 1891. Além disso, essa Constituição estabeleceu a harmonia e a interdependência entre os três poderes – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário –, assim como o sistema presidencialista de governo. Para tanto, as eleições suprimiram o voto censitário e consideravam eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídas certas categorias, como os analfabetos, os mendigos e os praças militares. Além disso, o Estado e a Igreja passaram a ser considerados instituições separadas, e o catolicismo deixou de ser a religião oficial no Brasil.



### Federalismo

Dentre os princípios fundamentais do federalismo, podemos destacar:

- a defesa ou estabelecimento de um governo central para todo o país;
- governos regionais autônomos (estados, províncias, *lander*, cantões) para as demais unidades territoriais;
- a distribuição dos poderes e das funções de governo entre os governos central e regionais;
- a atribuição de um conjunto de direitos e deveres às unidades regionais;
- a autorização, aos governos de ambos os níveis, para legislar, tributar e agir diretamente sobre o povo;
- o fornecimento de vários mecanismos e procedimentos para a resolução dos conflitos e disputas entre os governos central e regionais, bem como entre duas ou mais unidades regionais.



Outra questão merece nossa atenção: por que o quadro de Henrique Bernardelli, *A proclamação da República*, é protagonizado por um militar? No Brasil, o primeiro presidente da República foi Deodoro da Fonseca, devidamente retratado na tela em questão. Naquela embrionária República, os militares se constituíram na força mais representativa da composição do novo regime. Desde 1889, aqueles que compunham as fileiras do Exército brasileiro foram importantes protagonistas na esfera política do país. Entretanto, inúmeros eram os problemas que marcavam aquela instituição, como, por exemplo, as precárias condições existentes nos quartéis, as manifestações de indisciplina, o baixo profissionalismo, o predomínio das relações pessoais, entre outros. Depois da proclamação da República, muitos militares estavam preocupados em atender a apetites pessoais ou de grupos e, como consequência, deixaram de herança uma tensão entre essas práticas e a constituição de um Exército profissional.

## A ordem oligárquica e a Primeira República

Desde a administração de Campos Sales, quarto presidente do Brasil, pelo menos as oligarquias conseguiram consolidar um sistema de poder capaz de administrar conflitos internos. Portanto, a extensão do direito do voto não impediu que prevalecesse o predomínio de interesses da elite política, principalmente os dos grandes cafeicultores, inaugurando-se, assim, um arranjo conhecido como **política dos governadores** ou política dos estados.

Dessa forma, em linhas gerais, o acordo procurava reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada estado ao prestigiar os grupos mais fortes que, sintonizados com o governo federal, deveriam garantir, ainda, a harmonia das ações entre os poderes Executivo e Legislativo. Naquele contexto histórico, a dominação não só se estabelecia como se consolidava por meio da construção de um consenso hegemônico. No Brasil, em nome da garantia

### **Política dos governadores**

Tinha por objetivo harmonizar os interesses dos estados, principalmente os mais ricos, e fortalecer as situações estaduais, ao assegurar nas urnas resultados eleitorais favoráveis.



da ordem econômica, obtida principalmente por intermédio dos lucros alcançados pelo café, as questões sociais pareciam fracas e empalidecidas. É importante observar que o fortalecimento da elite política colocou em segundo plano as questões dos demais grupos sociais. Assim, a dominação política pelos setores hegemônicos garantiu a predominância de sua concepção de mundo naqueles anos.



### Hegemonia

A utilização do conceito de hegemonia aqui apresentado reporta-se à teoria marxista e a Antonio Gramsci. Ao pensarmos a divisão da sociedade em classes antagônicas, é importante destacar que aqueles que ocupam o poder, mais do que a possibilidade de efetivação da opressão física, valem-se, ainda, de mecanismos de dominação ideológica. Na relação entre dominadores e dominantes existe espaço para as concessões realizadas sempre dentro de determinados limites. Dessa forma, com a garantia de certa ordem social, na qual a hegemonia de uma classe dominante, ou mesmo uma fração dela, é criada e recriada numa teia de instituições, de relações sociais e de ideias. Nesse sentido, os intelectuais têm papel organizativo na sociedade, ao confeccionarem aquilo que Gramsci intitula de *textura de hegemonia*.

No Brasil, a existência de um Estado, na prática, centralizador e autoritário que atendia aos interesses de determinados grupos sociais estava baseada na participação dos municípios brasileiros. Além das atribuições locais, os municípios eram responsáveis pela realização das eleições e tinham importante participação tanto na receita quanto na organização policial e judiciária. Assim, um fenômeno político que bem caracteriza a Primeira República é o *coronelismo*, marcado por uma relação de compromisso, clientela e compadrio entre os proprietários e a população camponesa.





### **Coronelismo e voto de cabresto**

O coronelismo é uma prática de cunho político e social, típica do meio rural e das pequenas cidades do interior, que floresceu durante a Primeira República (1889-1930) e que configura uma forma de mandonismo em que a elite, ou uma parcela dela, normalmente representada pelo proprietário rural, detém o poder econômico, social e político local. Nesse período, em relação às eleições, o município elegia nas urnas os candidatos escolhidos pela oligarquia. Por essa razão, ali estava o centro das maiores manipulações do sistema. Os coronéis comandavam o eleitorado de cabresto (voto de cabresto) e, portanto, eram legítimos integrantes do pacto, uma vez que, ao conseguirem os votos, obtinham em troca o reconhecimento de sua autoridade política.

A despeito da política dos estados, existiram momentos em que o consenso oligárquico rompeu-se. Portanto, nesta fase da história republicana, existiram vozes dissonantes que se manifestaram em diversos momentos anteriores a 1930. No princípio do século XX, por exemplo, as autoridades enfrentaram os desafios que o incipiente movimento operário apresentava. A cidade do Rio de Janeiro serviu de cenário para a primeira greve geral no setor têxtil, ocorrida em 1903, e que fora devidamente acompanhada pela imprensa carioca. Para alguns estudiosos, como Francisca Nogueira de Azevedo (2005), essa ação da classe trabalhadora serviu de motor para o debate acerca da cidadania que, por conseguinte, apresentou-se como contraponto à lógica oligárquica da Primeira República.

Questões como a rigidez do sistema republicano e a restrição da participação social da população em geral tiveram seus desdobramentos na Revolta da Vacina, ocorrida no ano seguinte, assim como em outra greve que estourou em 1906 e, por fim, nas medidas punitivas adotadas como desdobramento da lei de expulsão



de estrangeiros, de 1907, a Lei Adolfo Gordo. A violência desses protestos demonstrava a existência de, pelo menos, duas realidades distintas na capital federal: de um lado, a ideia de transformá-la em cidade do mundo civilizado e, de outro, o cotidiano massacrado das grandes massas de despossuídos urbanos. No Brasil, a existência de quase quatro séculos de escravidão dificultava ainda mais a identidade do trabalhador enquanto classe, uma vez que o trabalho estava normalmente relacionado ao cativo ou ao homem livre que não tinha condições de possuir escravos. Por conseguinte, esta era uma condição difícil de ser reconhecida. Talvez isso ajude, em parte, a explicar a estratégia de arbitrariedade e de opressão da classe dominante em relação aos operários. Além disso, todos deveriam seguir a ordem estabelecida; em outras palavras, quem não trabalhasse e contestasse a ordem estabelecida poderia ser preso.

Nos setores oligárquicos, também era possível perceber o dissenso. A política dos governadores não trouxe a estabilidade almejada pelas elites para tranquilizar a República no Brasil e, muito menos, isentou de conflitos alguns estados preponderantes, como São Paulo e Minas Gerais. A aliança entre esses estados apresentava inúmeras limitações de ordem política e econômica e proporcionava um clima de instabilidade que não só impedia a formação de forças nacionais – os partidos – como ainda atrofiava a articulação da oposição a esta situação. Reflexões mais recentes, por exemplo, a de Cláudia Viscardi (2001), apontam para os conflitos políticos do sistema oligárquico a partir da análise de diversos processos sucessórios presidenciais da Primeira República. Por conseguinte, a visão consagrada acerca do pretense consenso existente no país até 1930 era tanto precária quanto limitada. O Estado republicano, em sua primeira etapa, era muito mais complexo do que pode parecer à primeira vista.

Por fim, vale uma consideração de caráter mais geral. A respeito da primeira fase republicana, entre 1889 e 1930, algumas concepções se consagraram, valorando-a negativamente e identificando-a como *República Velha*, *República Oligárquica*



ou *República Café com Leite*. A primeira concepção refere-se ao suposto consenso existente na elite política em relação aos nomes que ocupariam o cargo de presidente da República. Essa noção normalmente se apoia na constatação da votação expressiva que o candidato pré-escolhido recebia no pleito – e que girava em torno dos 80%. Portanto, comumente as reflexões sobre o processo político se vinculam à constatação de que as eleições eram fraudulentas, com a prática do voto de cabresto a partir do controle exercido pelos chefes locais, os coronéis. Isso é fato, mas não deve ser elevado à categoria de característica síntese do processo político-eleitoral, uma vez que, na Primeira República, o paradigma oligárquico que disseminava a crença de distribuição natural do poder permitiu outras participações de parcelas distintas da sociedade. A segunda concepção pode levar à falsa crença de que essas votações expressivas garantiriam uma administração tranquila para o eleito ao exercício do poder. Em momento algum tentamos negar ou minimizar as práticas políticas daqueles anos, como as fraudes nas eleições, as arbitrariedades das autoridades locais e da coerção contra o eleitor. Entretanto, estamos convencidos de que se, por um lado, essa constatação contribui para a compreensão da complexidade política de então, por outro, ela não tem como dar conta da totalidade desse jogo.

# Aula 2

## 1930: Revolução?

*Vera Lúcia Bogéa Borges*  
*Leonardo Leonidas de Brito*



## INTRODUÇÃO

Na Primeira República (1889-1930), a década de 1920 é considerada uma das mais importantes do ponto de vista da história econômica, política e cultural brasileira e mesmo ocidental, representando um período de transição e de grande efervescência. Nesta etapa, os interesses da cafeicultura e do Estado brasileiro pareciam se confundir. Em 1922, com a inflação em alta, o país foi atingido por uma crise **fiscal**, e as contas públicas não apresentavam saldo positivo. Essa conjuntura econômica desfavorável repercutiu nas exportações do café. Diante do desequilíbrio financeiro (sistema econômico em crise) do governo, o Estado brasileiro precisou recorrer a empréstimos no exterior para equilibrar seu orçamento. Todavia, o *déficit* – quando as despesas e os pagamentos superam o faturamento e o total de crédito – persistia, e o Estado brasileiro precisou recorrer a medidas como a emissão de moeda ou, ainda, à colocação de títulos da dívida pública no mercado. Os estados cafeicultores saíram em defesa do seu produto. Entretanto, para garantir o preço do café diante da ameaça de superprodução (excesso de produção em relação à demanda), era necessário que os estoques excedentes fossem comprados, o que, na prática, significava mais gastos públicos.

Por sua vez, a crise política dos anos 1920, a partir da sucessão presidencial de 1922, levou ao confronto que permitiu a formação da Reação Republicana, que buscou construir um eixo alternativo de poder, ao lançar a candidatura do político fluminense Nilo Peçanha. Os pontos básicos do Manifesto eram a crítica ao processo adotado pelos grandes estados para a escolha do candidato à presidência, a reivindicação de maior autonomia para o Legislativo frente ao Executivo e a exigência de maior credibilidade para as Forças Armadas. Do ponto de vista econômico, o Manifesto elegia o equilíbrio cambial como sua prioridade. Como destaca a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (1993), este movimento deve ser compreendido como chave para o entendimento do

### **Fiscal**

Relativo ao dinheiro arrecadado pelo Estado; receita; erário; fisco. Assim, a política fiscal corresponde à ação do Estado quanto aos gastos públicos e à obtenção de receita pública. As principais formas de receita do Estado são: impostos, empréstimos, venda de bens, serviços, concessões e emissão de dinheiro.

comportamento de um sistema, senão em seu todo, pelo menos com alguns de seus segmentos sociais específicos. Esta disputa entre os grandes estados e os intermediários revelou as tensões regionais entre as forças oligárquicas e desnudou as contradições do federalismo brasileiro. Desde o estabelecimento da política dos governadores, havia se instaurado no país uma cultura política que se consolidou, congelando a competição, neutralizando as oposições e domesticando os conflitos políticos. Neste sentido, a Reação Republicana representou exatamente um momento de contestação desse sistema, inaugurando uma fase de questionamento da ordem vigente. Todavia, as inúmeras divergências que dividiam a elite política dominante quanto à implantação de medidas de defesa da cafeicultura não podem ser consideradas como fator determinante para a ocorrência da cisão política e o surgimento da Reação Republicana. Assim, o comportamento das bancadas dos estados do Norte e do Nordeste (considerados estados de segunda grandeza) nas discussões na Câmara Federal não demonstrou claramente uma posição coesa e contrária às propostas encaminhadas pelo eixo Minas-São Paulo, principais estados cafeicultores. Os resultados malfadados da política de valorização do café acirraram o descenso entre as forças oligárquicas do eixo Minas-São Paulo e dos estados do norte e nordeste.

No Brasil, no final do governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), formou-se uma frente para a sucessão presidencial, conhecida como Reação Republicana, que apresentou, como candidato de oposição, Nilo Peçanha. Por sua vez, a outra candidatura estava veiculada ao Palácio do Catete (local de residência do presidente da República), sendo a vencedora, com o nome de Arthur Bernardes. A disputa entre candidatos não era algo comum no período da Primeira República (1889-1930) e ocorreu em outras duas ocasiões. A primeira, em 1910, entre o marechal Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, com a campanha civilista, que surgiu como reação à campanha militarista. Para os adeptos deste último candidato, era necessário garantir que o exercício do poder do Estado fosse exercido por civis e, assim, fosse



afastada qualquer predominância dos militares sobre a sociedade. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a discussão referente às relações entre o meio civil e o meio militar estava na ordem do dia. Por sua vez, a segunda disputa presidencial, em 1930, foi o enfrentamento entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas, a partir da Aliança Liberal. Portanto, no regime oligárquico daqueles anos, tanto existia dissidência interna quanto mobilização dos diferentes setores sociais diante das eleições.

## **A Capital Federal em tempos de reação republicana**

Ainda em 1922, o Rio de Janeiro transformou-se numa sala de visitas, devido às discussões que envolviam a Exposição do Centenário de 1922. A comemoração que envolvia a cidade era considerada assunto importante para as elites brasileiras, uma vez que a cidade deveria ser a primeira dentre todas as outras e provocar, ainda, o elogio de todos os que a visitassem. Naquele momento, discutia-se o modelo para as reformas urbanas que deveria ser adotado pela Capital Federal do país. O primeiro modelo associava-se à Europa, ou seja, uma grande cidade que serviria de exemplo para todas as outras. Já o segundo seguiria o referencial americano, isto é, uma cidade apartada do resto do país, voltada exclusivamente para abrigar os poderes nacionais.

Para comemorar os cem anos da Independência do Brasil, organizou-se, no centro na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, um grande evento, para o qual foram construídos prédios, tanto para abrigar a exibição dos produtos originários de diversos países quanto pavilhões para receberem todos os Estados brasileiros que deveriam expor o que de melhor produziam. A regulamentação oficial das atividades veio por meio de um decreto de 1921. A duração inicial estava prevista entre 7 de setembro de 1922 e 31 de março de 1923; entretanto, o período foi prorrogado e estendeu-se até 24 de julho de 1923.



**Figura 2.1:** Grandes acontecimentos: a Exposição de 1922.

Fonte: Poppovic (1983, p. 26).

Novos ventos continuavam soprando e colocavam em xeque os padrões culturais e políticos da Primeira República. Neste período de profundas transformações na sociedade brasileira, podemos destacar uma demanda por maior participação dos setores urbanos, uma insatisfação dos setores militares, além de desenvolverem-se também novas formas de pensamento e elaboração cultural.

Nos anos 1920, a situação de crise do Estado oligárquico liberal levou, por exemplo, a ação de um grupo de intelectuais católicos a atuarem em diferentes esferas. Podemos destacar a atuação de Jackson Figueiredo no Centro Dom Vital e na revista *A Ordem*, ao defender um catolicismo praticante e militante, que reuniu em torno de si um grupo cada vez mais crescente e extremamente combativo de intelectuais, liderando, assim, a renovação católica brasileira. A doutrina político-religiosa visou conclamar os católicos a assumirem uma postura mais ativa nos acontecimentos do país. Portanto, a retomada do papel da Igreja como líder moral da sociedade era algo considerado muito importante. Para o grupo liderado por Jackson Figueiredo, a consciência do povo brasileiro era, antes de tudo, uma consciência



cristã, e, portanto, a ação política deveria seguir esta orientação moral da nação. A história e a tradição eram as únicas maneiras de afastar a ameaça de dominação cultural norte-americana, identificada com o protestantismo. A pátria não poderia existir sem a fé católica. Portanto, a defesa da educação religiosa baseava-se na incoerência de existir uma Constituição leiga para uma nação tradicionalmente católica. O alvo das críticas estava focado no liberalismo, pois havia um sentimento de exclusão com a separação entre Estado e Igreja, trazida pela Constituição republicana de 1891. O nacionalismo defendido pelo grupo tinha a marca moralista, e a integração ao mundo civilizado, leia-se *católico*, era o caminho para a construção da nação.

Como contraponto a esta percepção católica, uma gama de intelectuais liberais, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre outros, estavam envolvidos na criação da *Associação Brasileira de Educação*; estes intelectuais, alguns anos mais tarde, assinariam o *Manifesto da Educação Nova*. Para este grupo, as principais bandeiras de luta centravam-se na defesa de novas práticas pedagógicas a partir de um ideário em bases urbano-industriais e democráticas. Os pontos fundamentais eram a educação pública, universal e gratuita; todos deveriam receber o mesmo tipo de educação, pois assim haveria uma igualdade básica de oportunidades. O importante trabalho da cientista social Helena Bomeny (2000) serve de ponto de partida para a análise da trajetória destes pensadores que se mobilizaram na missão de modernizar o país por meio da educação, o que para eles era fundamental para o projeto de nação. A Igreja Católica reagia, por ser proprietária de grande parte das escolas privadas no país. Com a ampliação do ensino gratuito, a instituição perderia um dos grandes esteios econômicos representado por aqueles estabelecimentos de ensino. Além disso, a ideia da escola pública representava uma ingerência do Estado, que viria diminuir a autonomia e influência católicas na sociedade. Concluem a historiadora Marilena Ramos Barboza e outros autores:

Nesse momento, a educação revestia-se de forte importância política, à medida que se acreditava no seu poder de moldar a sociedade a partir da formação intelectual e da abertura de novos campos de mobilidade e participação social. Seja na sua forma de organização, no seu conteúdo ou na direção que fosse dada, ela conduziria a sociedade a variados fins, refletindo, por consequência, os diversos projetos existentes para o país. A partir de 30, os componentes ideológicos passam a ter uma presença cada vez mais forte na vida política, e a educação seria um campo da batalha ideológica (BARBOZA, 1997, p. 53).



### **Ideologia**

É um conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem pública, tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. Além disso, o conceito de ideologia é importante para o pensamento marxista, sendo entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes. Assim, esse conceito refere-se a uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta. Em consequência disso, desde o início, a noção de ideologia apresenta clara conotação negativa e crítica.

Neste contexto, os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir. Segundo Nicolau Sevcenko (2003), a rapidez e a profundidade da transformação que devassou a sociedade imprimiram na produção artística uma inquietação diretamente voltada para os processos de mudança. Nova literatura começou a despontar com Euclides da Cunha, Lima Barreto e



Monteiro Lobato, entre outros. Mesmo sem apresentarem inovações formais, esses escritores voltavam-se para a nova temática, no centro da qual colocavam o homem do campo e as injustiças sociais do país. O terreno estava, pois, preparado para a germinação da semente modernista. A ideia de organizar uma *Semana de Arte Moderna* partiu de Paulo Prado e Di Cavalcanti, que tinham a intenção de assustar “essa burguesia que cochila na glória de seus lucros”, nos dizeres do também modernista Mário de Andrade. Durante algumas noites do mês de fevereiro de 1922, o público, reunido no Teatro Municipal de São Paulo, escutou música de Villa-Lobos, poemas de Manuel Bandeira e textos de vários autores, entre eles, Mário de Andrade. Logo após a Semana, em maio de 1922, os modernistas começaram a publicar em São Paulo a revista *Klaxon*, que, para o crítico Alfredo Bosi (1997), foi o primeiro esforço concreto do grupo para sistematizar os novos ideais estéticos ainda confusamente misturados nas noites barulhentas do Teatro Municipal. Segundo Mônica Velloso (1988), de 1924 em diante consolidaram-se as diferenças entre as várias correntes do movimento modernista. Neste sentido, se, num primeiro momento, a questão da atualização da nossa cultura uniu indistintamente os modernistas na luta contra os gêneros literários tidos como *ultrapassados*, agora o problema mudara de configuração. Assim, para modernizar o Brasil, era necessário conhecê-lo, considerar as suas peculiaridades e propriedades. Por conseguinte, a admissão na modernidade estava associada à questão nacional e à construção da *brasilidade*; é neste ponto que se situaram as divergências quanto à forma mais adequada de apreendê-la.

### **A Primeira República em xeque: o movimento operário e o tenentismo**

Na Primeira República (1889-1930), a classe operária brasileira tinha poucas possibilidades de despontar na vida social e política da sociedade capitalista republicana como força social



poderosa e independente. Para Boris Fausto (BERTRAND, 2000), era possível perceber que o proletariado brasileiro estava ainda nos estágios embrionários de sua formação como classe social distinta. A vida operária era um misto de superexploração na fábrica e repressão policial ou controle social e ideológico nas ruas e na cidade. Operários, ex-camponeses, marginais, mendigos, artistas, doentes, prostitutas e setores pauperizados da baixa classe média formavam um grande exército de desfavorecidos, que chegavam a constituir cerca de 70% da população urbana.

A criação do Partido Comunista ligou-se intimamente à conjuntura do movimento operário dos anos 1920, tanto que resultou da união de vários grupos espalhados pelo país e nascidos há pouco tempo. A formação do *Partido Comunista Brasileiro (PCB)* deu-se em fevereiro de 1922 e, por meio de sua ação junto aos sindicatos e às lutas operárias, mas principalmente por intermédio de seu jornal *Movimento Operário*, acabou por tornar-se conhecido. De sua fundação até julho de 1922, quando foi decretado o estado de sítio, que lançou o incipiente partido na ilegalidade, o Movimento Operário tratava de travar um interessante e produtivo debate ideológico com as publicações de cunho **anarquista**, como o jornal *A Plebe*. Seria possível afirmar que uma parcela importante da ação **comunista** dirigia-se à condução do movimento sindical, tentando dar novas orientações a esta luta, principalmente no que dizia respeito à unidade sindical. No entanto, o estado de sítio (regime jurídico excepcional imposto à população em razão de uma situação de perigo para a ordem pública) cortaria esta discussão como, de resto, dificultaria muito a própria estruturação da organização comunista.

Na última década da Primeira República, o período de crise aguda apresentou o poder oligárquico em choque com numerosas dissidências que tentaram se organizar por meio de frentes oposicionistas como, por exemplo, o **tenentismo**. Em linhas gerais, podemos compreendê-lo como o conjunto de movimentos político-militares que contou com a participação de tenentes e outros

### **Anarquismo**

Movimento político com atuação expressiva na história ocidental nos séculos XIX e XX que luta por uma sociedade livre de todo domínio político autoritário, na qual o homem se afirmaria apenas por meio da própria ação exercida livremente num contexto sociopolítico em que todos deverão ser livres.

### **Comunismo**

De acordo com o pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels, propunha uma organização econômica, social e política do Estado na qual não existiriam classes nem propriedade privada, mas garantia de igualdade social e econômica para todos.



integrantes da oficialidade das Forças Armadas. Nesse conjunto, destacamos a *Revolta do Forte de Copacabana* (1922), a *Revolta de 1924* em São Paulo. Deste último movimento originou-se a *Coluna Prestes*, que percorreu o país até 1927. O tema tenentismo ainda provoca polêmica historiográfica, mas pode ser considerado como a reação mais explícita e organizada contra o regime político da Primeira República; apresentava caráter reformista e moralizador. Os tenentes não tinham uma proposta clara de reformulação política e defendiam para o país o poder centralizado por meio da prática nacionalista e do método da confrontação armada.